



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SAULO SOBRAL GOMES

**O LADO OCULTO DA RUA: OS REFLEXOS DA COLONIALIDADE EM PESSOAS
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Juazeiro do Norte
2019

SAULO SOBRAL GOMES

**O LADO OCULTO DA RUA: OS REFLEXOS DA COLONIALIDADE EM PESSOAS
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Graduação em Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito para a obtenção do grau de
bacharelado em Psicologia.

Orientador: Joaquim Iarley Brito
Roque

Juazeiro do Norte
2019

O lado oculto da rua: Os reflexos da colonialidade em pessoas em situação de rua

Saulo Sobral Gomes¹

Joaquim Iarley Brito Roque²

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a presença de reflexos de colonialidade no discurso de indivíduos em situação de rua, observando a contextualização existente do fenômeno supracitado com os impactos e transformações político-sociais oriundos do sistema capitalista. É estabelecida uma correlação entre as relações de poder estabelecidas no Brasil desde o período colonial, as quais historicamente configuraram uma hierarquização social, financeira e intelectual e as situações de desigualdade e exclusão social existentes até a contemporaneidade. Para tanto, como embasamento do estudo supracitado, utiliza-se a pesquisa fenomenológica, a qual constitui um método de estudo que busca analisar a experiência em sua essência, isto é, compreender as coisas em sua subjetividade. O estudo foi realizado através da análise do discurso de quatro pessoas, entre homens e mulheres, vivendo em situação de rua na cidade de Barbalha, interior do estado do Ceará. Na análise introdutória, foram abordadas as diversas conjunturas históricas que fundamentaram as expressões da colonialidade na memória social dos indivíduos e o reflexo da estrutura capitalista que encontra-se intrínseco ao contexto supracitado. Posteriormente foi apresentada a perspectiva do sujeito em situação de rua, atentando-se à subjetividade de sua dimensão, bem como a apresentação das políticas públicas direcionadas ao público em questão. Foram delimitadas, nesse sentido, uma variabilidade de razões pelas quais os entrevistados afirmaram estar em situação de rua e o reflexo das heranças sócio-históricas coloniais nos diversos relatos de exclusão social, na marginalização do indivíduo e na precarização do padrão de vida presente em suas realidades.

Palavras-chave: Mínimo três. Máximo cinco. Separados por ponto.

ABSTRACT

This work intends to analyze the presence of reflections of coloniality in the discourse of homeless individuals, observing the existing contextualization of the above phenomenon with the impacts and political-social transformations arising from the capitalist system. A correlation is established between the power relations established in Brazil since the colonial period, which historically configured a social, financial and intellectual hierarchy and the situations of inequality and social exclusion that existed until contemporary times. For this task, as a basis for the above study, we use the phenomenological research, which is a method of study that seeks to analyze the experience in its essence, that is, to understand things in their subjectivity. The study was conducted by analyzing the discourse of four people, men and women, living in homeless situations in the city of Barbalha, in the state of Ceará. In the introductory analysis, we approached the various historical conjunctures that grounded the expressions of coloniality in the social memory of individuals and the reflection of the capitalist structure that is intrinsic to the above context. Subsequently, the perspective of the homeless subject was presented, paying attention to the subjectivity of its dimension, as well as the presentation of public policies directed to the public in question. In this sense, a variability of the reasons why the interviewees claimed to be homeless and the reflection of the colonial socio-historical inheritance in the various reports of social exclusion, the

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: saulosobral@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: joaquimiarley@leaosampaio.edu.br

marginalization of the individual and the precariousness of the life standard present in their realities.

Keywords: Minimum three. Maximum of five. Separated by point.

1 INTRODUÇÃO

No que tange à configuração da sociedade brasileira, é possível compreender um processo histórico permeado por situações de desigualdade e exclusão social e superlativa discrepância entre indivíduos inseridos em camadas distintas da pirâmide econômica desde o período de colonização. Trata-se de uma realidade nitidamente observada a partir do contexto da escravidão, no qual ocorria a animalização do escravo e consequentemente marginalização destas populações.

Nesse ínterim, o período abolicionista evidenciou a influência nítida do sistema econômico no surgimento ascendente de camadas sociais em situação de vulnerabilidade, isto é, a evolução do dinamismo dos modos de produção foi acompanhada pela existência cada vez mais expressiva de indivíduos situados na periferia do capitalismo, sustentando o ciclo da precarização da realidade de milhares de brasileiros.

A exclusão social se refere sempre, de maneira material ou simbólica, a um elemento intrínseco às relações interpessoais, principalmente com a separação de um indivíduo de um grupo, instituição ou corpo social, limitando a permissão de usufruir de determinados recursos ou direitos, em uma perspectiva de marginalização (JODELET, 1999). Segundo Paugam (1999), as pessoas que são classificadas como pobres, possuem muitas diferenças entre si, o que resulta em um afastamento dos sujeitos que compõem o referido grupo, além da discriminação preexistente que ocorre de maneira generalizada contra esses componentes, explicando assim a relação direta entre a exclusão social e o fenômeno da existência das pessoas em situação de rua. Sendo assim, é possível inferir que a exclusão constitui uma ferramenta de relação de poder, visto que estrutura uma hierarquização social até mesmo nos indivíduos que historicamente já são atingidos por esse processo.

Restrepo e Rojas (2012), citado por Tonial, Maheire e Garcia Jr. (2017, p.19), afirmam que o conceito de colonialidade perpassa uma lógica de poder na qual a sua execução se dá na internalização dos sistemas hierárquicos pelos indivíduos, sejam eles de cunho racial, intelectual, ideológico, cultural ou territorial. Assim, no presente trabalho, busca-se realizar uma análise acerca da estruturação dessa lógica em pessoas em situação de rua, contextualizando à sociedade brasileira. Nesse sentido, tem-se como principal objetivo verificar a presença da colonialidade nos discursos de pessoas em situação de rua, observando sua implicação na manutenção do processo de exclusão social. Foi realizada uma pesquisa

fenomenológica de valor qualitativo, na qual se tem como principal instrumento de coletas de dados entrevistas semiestruturadas, cujos objetivos específicos visam discutir o conceito de colonialidade, expor o significado da exclusão social e analisar discursos de pessoas em situação de rua. O presente estudo contou com uma amostra de 4 pessoas em situação de rua usuárias e não-usuárias do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CENTROPOP) da cidade de Barbalha, na região do Cariri do Estado do Ceará.

Além disso, servindo-se também de revisão bibliográfica, tem-se como intenção averiguar a presença da colonialidade nos processos de subjetivação dessas pessoas. Como justificativas, no âmbito acadêmico, este trabalho pretende contribuir com o fortalecimento das pesquisas acerca do processo de colonialidade em razão de sua nítida relevância histórica, pois representa a historicidade de uma memória social que dita padrões e comportamentos dos indivíduos até o momento presente, tornando-se fundamental a atuação da pesquisa para desenvolver, no campo teórico-prático, estudos acerca desse fenômeno. Socialmente, verifica-se a exorbitante importância do aprofundamento da análise realizada neste estudo, a fim de que se possa oferecer maior visibilidade às demandas das pessoas em situação de rua, para que as políticas sociais voltadas para o público em questão possuam maior efetividade e alcance, tendo em vista a vulnerabilidade presente em seu padrão de vida, em geral, visivelmente precário.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COLONIALISMO X COLONIALIDADE

“Me deram toda miséria dos meus ancestrais
 Mazelas herdadas dos tempos coloniais
 Me deram um chão de barro
 Um pulmão cheio de catarro
 Mistura pobreza e tédio
 Tenho a fórmula do bairro
 Roupas velhas, baixo estima
 Dejavús sombrios, maldita lembrança dos navios”
 Intro – Diomedes Chinaski

Ao refletir sobre as várias vivências que perpassam o sujeito, é importante destacar a experiência de viver e estar na rua, processo demarcado por vários fatores, tais como: individual, familiar, social, econômico ou espiritual. Todos esses elementos contribuem para expressar a complexidade do que é um ser em situação de rua, e mais que isso, vem a constituir seu modo de subjetivação e sofrimento, sendo esses aspectos expressados na fala como também nas relações de poder com o outro. Nesse sentido, trazer à tona os conceitos de colonialidade e exclusão social se torna imprescindível na compreensão desse sujeito em sua totalidade existencial, visto que é possível coletar uma série de elementos históricos que se perpetuaram na contemporaneidade, enfatizando questões discriminatórias e excludentes.

Assim, para compreender o que é a colonialidade de maneira mais ampla, é necessário, primeiramente, diferenciá-la do processo de colonialismo. Pode-se dizer que o colonialismo é a forma mais prática, pois se trata da invasão de uma determinada população, que podemos chamar de colonizadores, em uma sociedade já estruturada, cujo processo identitário e cultural ocorreu de maneira distinta e alheia ao núcleo de desenvolvimento dos sistemas econômicos, e, por meio da força física e da manipulação intelectual, muitas vezes através de discursos religiosos, constrói uma relação de poder, construindo uma hierarquia e tornando-se o topo, isto é, criando a ideia separatista de o que representaria uma sociedade civilizada (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR, 2017).

A apropriação do povo português nas terras brasileiras, segundo Sousa (2008), deu-se por volta de 1530, quando ocorreu a instituição das capitanias hereditárias, as quais tinham como interesse proteger o território de possíveis invasões de rivais franceses e holandeses, pois as terras já eram consideradas propriedade lusitana. O fato do território brasileiro possuir uma vastidão de recursos naturais de interesse às estruturas política, social e econômica portuguesas, fez com que a exploração terrestre tivesse maior proporção, tomando o lugar do domínio marítimo. Assim, os rios passaram a servir apenas de caminho para o comércio de escravos africanos e índios, enquanto a via terrestre tinha a serventia de explorar as consideradas principais riquezas naturais. Dessa forma, podemos dizer que a criação dessas expedições foram cruciais para o estabelecimento da colonização no Brasil (SOUSA, 2008).

Analisando a história do Brasil, o ato de exploração portuguesa estruturou grandes lógicas de poder, de perspectivas de ordem econômica e cristã, proporcionando assim subalternação de viés cultural, econômico e ideológico, além de diversas outras formas de poder perpetuadas até na contemporaneidade, acarretando também diversas transformações de ordens culturais e territoriais (SOUSA, 2008).

Isto posto, segundo Tonial, Maheire e Garcia Jr (2017) pode-se considerar que a colonialidade consiste na concepção de que apesar do término do colonialismo, perpetua-se um mecanismo hierárquico sobre saberes e ideologias de vida. Dessa forma, “Se o colonialismo termina, a colonialidade se propaga de diferentes formas ao longo do tempo” (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR, 2017). Aproximando-se do colonialismo, a colonialidade remete a uma perspectiva de representação mais metafórica de funcionamento de poder. Ou seja, não necessariamente uma exploração física como o anterior, mas uma sustentação dos discursos e imposições culturais produzidas pelos colonizadores, agora de saber, contra os colonizados. Desse modo, podemos dizer que a colonialidade é uma naturalização contextualizada de saberes impostos desde a época da colonização, ou seja, uma relação de poder com relação ao saber (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR, 2017).

Dessa forma, podemos dizer que a colonialidade é uma relação de poder, sustentada pelo colonizador perante o colonizado, na qual condiciona socioculturalmente determinada população, construindo uma sociedade fragmentada em camadas, a partir das quais se hierarquizam o poder social, econômico, intelectual e cultural, sobrepondo determinado modo de vida àquele que é subjugado dentro da estrutura de poder. Sendo assim uma relação de poder, podemos pensar concomitantemente nas formas de exclusão (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR, 2017).

2.2 CAPITALISMO E EXCLUSÃO SOCIAL

“Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir
A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir
Por me deixar respirar, por me deixar existir
Deus lhe pague”
Construção - Chico Buarque

O capitalismo tem como princípio ativo a constituição de relações abusivas entre indivíduos de acordo com seu poder econômico, fato que pode ser identificado como um mecanismo de exclusão, visto que origina e sustenta uma hierarquia, a de patrão-empregado. Todavia, torna-se mais visível essa subalternação quando nota-se as disparidades entre as classes socioeconômicas, nas quais uma é proprietário do ambiente de trabalho e a outra, a explorada, é detentora da mão de obra (SILVA, 2011). Podemos afirmar que a forma de interação, de funcionamento das classes presentes no sistema capitalista é constituída historicamente, visto que na nossa história estão expressivamente presentes formas distintas e variadas de dominação, desde a gênese das sociedades humanas. Dessa forma, é possível

inferir que a exclusão social é produto dos principais fundamentos do capitalismo selvagem, na qual a forma de trabalho é em conjunto, união, mas o lucro é privado e restringe-se àqueles que se encontram nas camadas mais altas da pirâmide social (SILVA, 2011).

Atualmente, é possível inferir que as exclusões sociais são ainda mais presentes, considerando-se que o capitalismo se encontra em uma fase na qual as grandes empresas e os proprietários dos meios de produção possuem uma condição monopolista, isto é, sem concorrentes expressivos, e assim a sua forma mais feroz e até mesmo cruel é ainda mais empregada, visto que as suas taxas de produções devem manter-se em alta, para aumentar sempre as suas manufaturas (SILVA, 2011). Nem sempre o capitalismo esteve em alta, pois como é sabido, a crise dos anos 70 trouxe uma série de incertezas acerca do funcionamento desse sistema, pois houve uma grande diminuição dos manufaturados. Todavia, a fim de solucionar essa questão, ocorreu um grande marco no mercado econômico: a substituição da mão de obra humana pela entrada da tecnologia na produção. Evidentemente, essa mudança acometeu uma maior agudização da exclusão social, visto que ocorreu o maior processo de demissões da nossa história, ocasionando assim, inclusive, os processos de situação de rua em altas taxas, visto que o poder de compra de partes da sociedade lhes foi tomado. Nesse contexto, torna-se evidente que a distinção de classes socioeconômicas é importante para estrutura e consequentemente funcionamento desse sistema, que necessita a hierarquização dos grupos de pessoas (SILVA, 2011).

Na contemporaneidade, é veiculado que a principal forma de desenvolver-se economicamente é a admissão da flexibilização, essencialmente do tempo e da forma de trabalho. Dessa forma, estrategicamente, o Estado se isenta de qualquer responsabilidade perante uma das suas principais funções, que é o de assegurador de direitos sociais e humanos, gerando assim mais desigualdade. Porém, o que não é percebido é que a flexibilização de horários traz maior desgaste, visto que o prolongamento das jornadas diárias de trabalho reduz drasticamente a qualidade de vida dos indivíduos, seu bem estar e o restringe meramente à uma figura laboral, cujo pensamento crítico muitas vezes se torna inutilizado ou descartado (SILVA, 2011).

Ante o posto, podemos inferir que o contraste entre as classes socioeconômicas é o grande progenitor advindo da periferia do capitalismo, visto que temos uma sociedade que não possui um olhar com criticidade, determinando uma consciência egoísta e essencialmente separatista (SILVA, 2011). Frente a esta problemática, a psicologia Social surge numa tentativa de facilitar a preservação das relações sociais, apresentando dois vieses. Um deles é a compreensão dessas relações a partir do entendimento cognitivo, levando em consideração

aspectos simbólicos e ideologias, e o outro é de maneira mais coletiva, compreendendo o funcionamento grupal, dessa forma, explanando uma lógica perversa, assumindo assim um importante papel nesse contexto (JODELET, 1999).

Podemos afirmar, assim, que o sujeito em situação de pobreza não pode ser totalmente responsabilizado por sua posição, visto os impactos causados que são causados pelo sistema capitalista e o processo de globalização, não havendo também a ingenuidade de afirmar que é culpa do acaso, da causalidade, pois dessa forma não isenta somente o indivíduo excluído mas também a sociedade tida como perversa, que acaba por inúmeras formas de tentativa se distanciar do contato com essa parcela da população, esquecendo que são também indivíduos capazes de participar do mercado de trabalho, porém, lhes é retirado esse direito (ZIONI, 2006).

Ainda sobre a exclusão social, problema esse que acomete todos os países do mundo, podemos considerar a classe dos pobres como multifacetada, pois os indivíduos inseridos também possuem bastante diferenças, sendo assim uma categoria subdividida, gerando assim ainda mais exclusão social, e explicando parcialmente o fenômeno da existência de pessoas em situação de rua (PAUGAM, 1999). Podemos inferir ainda, que no Brasil, esse processo é frequentemente presente nos pobres, por causa essencialmente da falha distribuição de renda que existe (POCHMANN, 2005).

2.3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“Uma esmola pro desempregado
Uma esmolinha pro preto pobre doente
Uma esmola pro que resta do Brasil
Pro mendigo, pro indigente”
Esmola – Skank

De acordo com a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, 2007-2008, foi verificado o total de 31.922 pessoas em situação de rua que obtiveram a maioria, levando em consideração pessoas que tiveram passagens por albergues ou que simplesmente permeiam as ruas de diferentes cidades do país. Essa mesma pesquisa expõe que a representação dessas pessoas consta em sua maioria masculina, idade entre 25 e 44 anos, que declaram sua etnia como parda, sabendo ler e escrever e exercendo algum subemprego (BRASIL, 2009).

É possível afirmar que as motivações desse fenômeno têm grande variação, sendo elas, principalmente estatisticamente, o uso de substâncias lícitas e ilícitas, a ausência de

oportunidades de emprego digno e problemas familiares. Além disso, é importante destacar que a continuidade da vida nas ruas aparece também como uma escolha interna, subjetiva, relacionada com a tentativa de alcançar uma liberdade plena (BRASIL, 2009).

Podemos inferir há diversas motivações para esse fenômeno social, essencialmente o sucateamento, fragilização, das relações de trabalho, fator que possui relação direta com o processo da globalização, efeito direto do sistema capitalista no qual a população mundial é inserida. Além disso, em relação à lógica capitalista, outros pontos devem ser destacados, como a sustentação do argumento de que sentir-se excluído é criação do funcionamento da economia e política do mundo, gerando o fenômeno do indivíduo em situação de rua, ou seja, podemos inferir o capitalismo selvagem como o principal fundamento desse fenômeno, mesmo que não seja o único. É de suma relevância destacar também que, por vezes, a escolha de ir morar nas ruas acontece por ser percebida como a última possibilidade, em razão da problemática percebida na exclusão socioeconômica. Além disso, há o processo de “andarilhar”, com o objetivo de encontrar novas alternativas de sobrevivência, essencialmente, subempregos, e quando não encontram, terminam por escolher continuar na última cidade vivida, permanecendo nas ruas (SICARI; ZANELLA, 2018).

Outra sustentação de grande relevância é a de Rodrigues (2015), cuja análise infere que a pessoa em situação de rua a qual tem como motivação uma escolha intrínseca, é considerada o “ser masoquista”, no qual consiste em um fruto do neoliberalismo, baseando-se no conceito de meritocracia, em que o indivíduo decide por suas próprias vontades um caminho de sofrimento, tornando-se esquecida a perspectiva de analisar as mínimas oportunidades que são ofertadas à essas pessoas, quando são oferecidas, fazendo com que elas internalizem assim esse papel de submissão, naturalizando a ideia de que estão na rua por merecimento. Em suma, o que o autor argumenta é que as vítimas desse fenômeno aceitam o que a sociedade impõe, ou seja, atribui a responsabilidade para a própria vítima. Criticando o capitalismo, o autor infere que a falsa meritocracia na qual se sustenta o neoliberalismo acomete um sério problema: a sustentação da relação de poder entre classes ideológicas e econômicas, ignorando que não existe a distribuição exata de oportunidades, justificando a pobreza como responsabilidade pessoal, ou seja, do próprio pobre, ignorando as obrigações do governo perante essa situação, garantido pela Constituição de 1988. Em suma, o indivíduo afetado acaba por consentir com essa posição submissa devido a sociedade lhe impor esse papel malsucedido por própria culpa. Dessa forma, surge a importância aqui de explicar sobre qual é a função do governo frente a esse fenômeno social, ou seja, quais estratégias devem ser tomadas para a manutenção desse problema, fugindo das motivações e focando em descrever

o que é feito, ou no caso, como deveria acontecer. Antes da inclusão da assistência social na constituição do país, todos os serviços oferecidos às pessoas de situação de rua possuíam uma perspectiva higienista, ou seja, ações que buscavam varrer as ruas, tornando visualmente atrativas, em uma perspectiva capitalista, conduzindo esses indivíduos, inclusive muitas vezes de forma compulsória, para lugares como albergues ou abrigos (ARGILES; SILVA, 2011).

Todavia, com a instauração da constituição de 1988 e a inserção da assistência social nas políticas públicas, esse público passou a ser percebido de uma forma não discriminatória, entendendo que há diversas causas para a ocorrência desse problema, tendo a intenção de amparar e garantir direitos, através das próprias políticas públicas, considerando as subjetividades, proporcionando, dentro das possibilidades, uma vida mais ponderada, respeitando as suas escolhas, inclusive a de não querer sair da situação de rua, não sendo absolutista, no sentido de não realizar compulsoriamente o afastamento desse público à sociedade (ARGILES; SILVA, 2011).

Como principal política dedicada a essa população, identifica-se o Centro de Referência Especializado em Situação de Rua (Centro POP), no qual tem como objetivos essenciais realizar atendimentos e acompanhamento dessas pessoas, no intuito de inseri-los de forma digna na sociedade, através de viabilização de espaços para higiene pessoal, ou seja, banhos, cortes de cabelo, higienização de roupas, além de ofertar alguma alimentação enquanto vinculados do sistema. Além disso, o Centro POP busca trabalhar a fortificação de vínculos socioafetivos desse público, essencialmente com os familiares, também na função de assegurar os seus direitos visto tanto no texto constitucional, bem como os direitos expressos pelos documentos internacionais que tratam dos direitos humanos. Dentre tantas formas de alcançar o objetivo almejado, um caminho de grande importância no qual o Centro POP é determinado, se trata de intensificar a mobilização e participação da comunidade como um todo nesse processo, facilitando assim o oferecimento de uma vida mais honrada (NUNES, 2016).

Além dos objetivos e funções, é importante falar sobre a estrutura e sistematização dos profissionais, que são: 1 coordenador, 2 psicólogos, 2 assistentes sociais, 1 técnico de nível superior, melhor sendo com graduação nos cursos de Direito, Sociologia ou Terapia Ocupacional, 4 profissionais de nível médio, ou superior, completo, realizando movimentos interativos de viés educacional, e 2 auxiliares administrativos (NUNES, 2016).

Com relação às funções do psicólogo nesse fenômeno, é preciso considerar que sua atuação ocorre em conjunto, com a equipe multidisciplinar completa, porém, de maneira ainda mais intrínseca com o profissional da assistência social. Portanto, o profissional de psicologia

nesse contexto deve rever as suas constituições de ideologias, voltando-se para a sua prática profissional, reconhecendo o contexto de desigualdades. Por conseguinte, podemos afirmar que o trabalho executado pelo psicólogo no Centro POP não deve se assemelhar ao que se é executado clinicamente, todavia ocorrendo o ato da escuta, mas somente visando o acolhimento do indivíduo, tendo, portanto, as execuções em grupo como principal atividade (CARVALHO, 2018).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

O trabalho foi feito na perspectiva de pesquisa fenomenológica, que, segundo MOREIRA (2004), ainda que existam diversos olhares fenomenológicos, estes sempre têm o mesmo objetivo, que é descrever a experiência analisada pelo que se é, ou seja, na subjetividade de sua essência. Esse tipo de pesquisa deve descrever o significado da experiência vivida pelo indivíduo, além de afirmar que é o ato de usar a experiência como método (ANDRADE; HOLANDA, 2010).

Para compreender esse método, torna-se necessária a explicação de alguns conceitos. Um deles é a redução fenomenológica, que seria a tentativa de enxergar a experiência do outro despidendo-se das suas, para assim entender a experiência relatada em si (HURSSERL apud ANDRADE; HOLANDA, 2010), viabilizando vir à tona o que ocorre de fato na vida do indivíduo. Outro ponto é a intersubjetividade, que consiste na relação entre o pesquisador e o pesquisado, sendo percebidos como sujeitos, experiências que se encontram para elucidar um fenômeno. Por fim, o retorno ao vivido, que consiste em o pesquisado voltar-se para si e fazer um resgate a toda sua história possível. Dessa forma, o que há de essência no fenômeno, será encontrado. Por fim, é possível afirmar que a pesquisa fenomenológica consiste sempre numa perspectiva qualitativa, visto que busca descrever o significado dos fenômenos, favorecendo assim uma subjetivação do meio acadêmico, e consequentemente, da ciência. (ANDRADE; HOLANDA, 2010).

3.2. AMOSTRA DA PESQUISA

A presente pesquisa ocorreu na cidade de Barbalha, na região do Cariri do Estado do Ceará, utilizando-se de 4 participantes, sendo estes indivíduos em situação de rua. Com relação aos critérios de inclusão, destacamos pessoas de faixa etária de 30 a 31 anos, visto que acima dessa idade fugiria da amostra desejada, considerando que seriam considerados idosos,

com uma série demandas evidentemente distintas da fase adulta, que se encontram em situação de rua, homens e mulheres, e tendo assinado os termos de consentimento livre e esclarecido e uso de voz. Já os critérios de exclusão se caracterizam por pessoas que não estejam vivendo situação de rua, menores de 18 anos e pessoas que não concordaram em assinar os termos de consentimento livre e esclarecido e uso de voz.

Considerando que o tema atual da pesquisa pudesse causar algum incômodo por parte dos entrevistados, caso houvesse, seria realizado encaminhamento para políticas públicas como CentroPOP, e em casos específicos o CAPS, além do Serviço de Psicologia Aplicada, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, onde são oferecidos serviços psicológicos para pessoas de baixa renda, como psicoterapia, aconselhamento, plantão psicológico e avaliação psicológica, além da possibilidade de uma breve escuta realizada pelo próprio pesquisador.

3.3. PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A principal fonte de coleta de dados consistiu, neste trabalho, em entrevistas semiestruturadas realizadas de maneira individualizada. Foram realizadas nas ruas, todavia, em um ambiente em que o entrevistado afirma sentir-se confortável para fazer o retorno à sua história e assim relatá-la. A presente entrevista traz perguntas disparadoras, como “Há quanto tempo você mora nas ruas? Quais as vantagens e desvantagens de morar nas ruas? Como você sente que as pessoas te enxergam? Você já sofreu algum preconceito por viver nas ruas?”, que possuem a intenção de investigar o motivo do pesquisado estar em situação de rua, bem como situações cotidianas de sua vida atual. A forma da transcrição descritiva dos discursos foi através da utilização de um gravador e um caderno de anotações, sendo analisados na perspectiva fenomenológica, que consiste em descrever o fenômeno da forma que ele é experienciado pelo entrevistado, levando em consideração os conceitos de redução fenomenológica, intersubjetividade e retorno ao vivido (ANDRADE; HOLANDA, 2010), realizando assim uma análise de transcrição descritiva do discurso de maneira literal.

No que se refere à análise de dados, foi realizado o método fenomenológico de Giori, no qual consiste em 4 etapas, sendo elas descritoras dos conteúdos que mais surgiram durante as entrevistas. A primeira etapa consiste em ler o material obtido como um todo, a segunda compõe-se por uma nova leitura, todavia, condicionando ao assunto da pesquisa propriamente dita. A terceira etapa já consiste por transcrever de maneira concreta e científica o que foi lido baseando-se em convicções mais pertinentes. Por último, é realizado um resumo visando uma organização das experiências (MOREIRA, 2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas entrevistas realizadas foi possível perceber três principais temas que serão aqui devidamente explanados, sendo eles: as relações coloniais de trabalho refletido no desejo de ir ao corte de cana ou a internalização da posição submissa através da aceitação de subempregos, e a violência física como um exemplo prático da contextualização da colonialidade, pois foram os conteúdos mais recorrentes durante as falas dos entrevistados. Para a preservação da identidade dos participantes, foram utilizados nomes fictícios.

4.1 O CORTE DE CANA COMO UM TRABALHO COLONIAL

É evidente que na década de 80 no Brasil, devido à alta produção do Proálcool, que era o combustível mais utilizado no período por automóveis movidos apenas pelo reagente álcool, ocorreu um grande aumento no processo agroindustrial dos canavieiros do interior do São Paulo. Ou seja, cresceram assim os cultivos de cana de açúcar, conseqüentemente, ampliando a taxa de empregos, tanto na área administrativa, visto que também aumentou o número de usinas e destilarias, como da mão de obra do campo, como também na produção de máquinas agrícolas (ALVES, 2006).

Todavia, é possível perceber que além das condições de trabalho degradante, ocorreu um conflito expressivo com relação ao manufaturado, pois há uma alienação do trabalho, visto que os cortadores acreditam que conseguem mensurar o seu trabalho com relação ao lucro, porém, devido ao sistema capitalista e seus princípios, isso é dependência do capitalista, do patrão. O cortador tenta mensurar através da metragem de cana cortada, entretanto, o preço da cana não é dado no corte, mas sim na pesagem, ou seja, um metro de cana cortada não equivale necessariamente ao outro metro. Com relação às atividades realizadas pelos cortadores consta o corte específico da cana de açúcar, seu transporte e organização nas esteiras para pesagem, sendo aproximadamente 6 toneladas por dia, caracterizando assim um trabalho evidentemente exaustivo, árduo e de certa forma desumano (ALVES, 2006).

Como qualquer trabalho tido como desumano no sistema capitalista, a forma de pagamento é por produção, ou seja, quanto mais esforço e execução de trabalho, maior a renda garantida. Todavia, nessa circunstância, como o cortador trabalha visando sua sobrevivência, acaba por perder a noção do quanto está trabalhando, afetando o seu ritmo de trabalho, visto que como contam o dinheiro a partir do metro de cana, se perdem na contagem do salário, em virtude de que é o capitalista que determina. Ou seja, essa maneira de pagamento, além de ser injusta, prevalece até como perversa (ALVES, 2006).

Podemos inferir então que os cortadores de cana estão na situação de subordinação ou até de subalternação, podendo ser relacionado ao processo de colonialidade, visto que há uma sobreposição de uma cultura: os cortadores de cana devem aceitar trabalhar nessas condições porque não possuem mais nada, corroborando a ideia de Tonial, Maheirie e Garcia Jr (2017) a qual sustenta que há uma naturalização de funcionamentos impostos desde a época da colonização.

Corroborando com essa ideia, o discurso do entrevistado F.A. emerge como uma aceitação dessa posição subalterna na medida em que afirma que projeta melhores condições de vida no trabalho no corte de cana, o qual, vale a pena salientar, é considerado socialmente como análogo à escravidão. Em suas palavras, entende como algo aceitável, relatando:

“Cadê que o governo abre? um monte de órgão, mas cadê que tem? Porque num pega mei mundo de gente pega um ônibus e bota nos tudim pra ir pro corte de cana? Fica lá oito meses trabalhando no corte de cana só trabalhando cortando cana e ganhando dinheiro.”

Fernando, 30 anos

Confirma-se, portanto, a tese de que a colonialidade aqui se expressa nos resquícios do processo de escravidão no qual acometeu não somente o Brasil, mas como também toda a América, interferindo assim na forma de se colocar e perceber o mundo (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR, 2017).

Além disso, pode-se afirmar que esse tipo de emprego é fundamental para a estruturação do capitalismo, pois dessa forma ocorre a degradação das leis trabalhistas, fragilização das relações de trabalho, fazendo com que esse tipo de trabalhador mantenha-se em uma posição subalterna, contribuindo ainda mais com o lucro apenas do detentor do capital, conseqüentemente, dificultando uma distribuição de renda igualitária (SHIMADA, 2014).

4.2 A VIOLÊNCIA FÍSICA COMO REFLEXO DA COLONIALIDADE

A violência é um acontecimento que percorre a sociedade mundial, independente de classe ou cultura, porém havendo algumas diferenças com relação a gênero e cor. Pode-se dizer que a violência trata-se do uso desmedido da posição nas relações de poder, podendo ser física, psicológica, ameaça ou real, contra outro indivíduo ou contra um grupo, podendo ter, assim, danos físicos, psicológicos ou privação de direitos (SILVA et al., 2012). Dessa forma, observa-se que a violência tem múltipla formas, isto é, como um fenômeno multifacetado.

Partindo na perspectiva etimológica, origina-se do prefixo do latim “vis” que significa força perante o outro, havendo vários tipos, há as que são condenadas, porém também existem as legitimadas pela sociedade. Logo, para debater acerca de violência no Brasil, é imprescindível buscar as perspectivas dos indivíduos componentes de sua sociedade quanto ao assunto (MINAYO, 2005).

Segundo Minayo (2005), a sociedade compreende esse tema como um crime, até mesmo uma perversão, profanação. Ou seja, com relação ao social nunca teve uma aceitação social. O autor divide a violência em três tipos, primeiramente como a violência física, seja coletiva ou grupal; de viés econômico que sustenta como uma desapropriação de acesso aos meios comerciais; e por último, a que fere os direitos como uma dominação cultural, coibindo o outro de ser quem se é. Podemos validar essa tese a partir da fala de L.A., que diz:

“Meus sobrinho batem em mim, bateram de cabo de aço, aí não me querem dentro de casa, sem dizer porque, me amarram de corda, pra não sair de casa”

Tereza, 30 anos

Fica nítido no relato da entrevistada que se trata de uma violência que acomete nos três tipos citados anteriormente, visto que consiste em uma violência física, econômica, pois lhe é retirado o poder de consumo e de direito, pois até mesmo a sua liberdade de ir e vir não pode ser usufruída. Nesse ponto, cabe a reflexão de tentar entender as razões pelas quais a entrevistada foi submetida a esse fenômeno social. É possível aderir como hipótese o simples fato de se tratar de uma mulher negra, as quais, sociohistoricamente, desde o período colonial são tratadas como subservientes, cujos corpos são explorados e sexualizados ou violentados fisicamente, colocando-as no último lugar da pirâmide socioeconômica (ALMEIDA; PEREIRA, 2012). Possível afirmar ainda que a sociedade volta a impor o pensamento colonial de forma coletiva, confirmado também pela fala da mesma entrevistada ao relatar que:

“[...] leva pêia do povo da rua, batem porque são ruim, não diz nem porque bate, aí eu corro, de madrugada”.

Tereza, 30 anos

pois, percebe-se com o relatado, que a violência praticada contra os corpos de pessoas em situação de rua expressa a exclusão social em um espectro ainda mais cruel: a marginalização desses indivíduos os animaliza de modo que seus corpos não são vistos como humanos. A internalização dos mecanismos de dominação cultural é percebida no fato de

entrevistada não se reconhecer no direito de denunciá-las, mantendo-se ainda numa posição subalterna e degradante (ALMEIDA; PEREIRA, 2012).

Além disso, a pesquisa nos mostrou a violência enquanto fenômeno social frequentemente presente no cotidiano das pessoas em situação de rua se dá independente do gênero com o qual o indivíduo se identifica, visto que Fernando relata:

“O cara na rua tá desprevenido. Já andaram tentando me matar, tacando pedaço de pau na minha cabeça, existe muita inveja, não gostam da gente.”

Fernando, 30 anos

corroborando com a sustentação de Minayo (2002) ao descrever os tipos de violência, pois nesse caso, como relatado, o entrevistado não se sente com o direito dese locomover livremente, e até mesmo percebendo sua condição de pobreza sendo invalidada, visto que relata uma tentativa de homicídio justificada simplesmente por não suportarem a sua presença nas ruas da cidade.

Importante destacar também que os impactos dessas violências foram perceptíveis tanto com Tereza, que relata não querer mais voltar para casa, como de Fernando, que ainda afirma:

“Você fica assustado. Você acorda com pesadelo, achando que a qualquer momento alguém vai chegar e tacar uma pedra na cabeça do cara.”

corroborando com a tese de que o medo surge por se perceberem numa posição inferior à sociedade, uma posição subordinada colonizada (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR, 2017).

4.3 O SUJEITO COMO REFÉM DO CAPITALISMO NEOLIBERAL: A RODA VIVA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O processo constitutivo do sistema capitalista configura, desde sua gênese, a expansão vertiginosa do mercado econômico, com sua internacionalização e ruptura das barreiras protecionistas, crescimento do mercado consumidor, bem como gradativa supressão dos direitos trabalhistas com a informalidade do mercado de trabalho e agravamento de uma relação nefasta do homem com a natureza, uma vez que a produção massificada representa uma série de impactos negativos nesse âmbito.

Nesse contexto, a formação do Estado neoliberal surge como reação política dos donos dos meios de produção, isto é, detentores do capital, ao intervencionismo estatal e à estrutura de bem estar social, fundamentando-se no discurso utópico da democratização da sociedade de consumo do acesso às transformações econômicas, tecnológicas e sociais oriundas do constante movimento do sistema capitalista enquanto organismo de uma sociedade. É inegável que a estrutura do Estado neoliberal promove uma política de fetichização do consumo e do poder econômico, criando, conseqüentemente, uma destruição das forças produtivas e precarização da classe trabalhadora (ANTUNES, 2001).

No tocante às transformações oriundas da máquina capitalista no mundo contemporâneo, em geral, evidencia-se um choque político-social: a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, ou seja, ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018). Nesse sentido, com o abandono estatal frente às políticas assistencialistas e a fim de estabelecer uma luta pela própria sobrevivência e para alcançar um padrão de vida minimamente compatível com a dignidade da pessoa humana, muitos indivíduos se sujeitam às diversas formas exploratórias de subempregos, condicionando uma visível projeção de crescimento pessoal, mesmo em funções degradantes. Esta afirmativa se verifica no discurso do entrevistado Fernando, o qual relata que:

“Querida que o governo fizesse algo de certo. Fizessem a lista do tanto de morador de rua, e mandar um ônibus e mandar tudo pra São Paulo, pro corte de cana. 8 meses trabalhando lá. Meu maior sonho sabe o que é? É ter uma vida mais digna do que eu vivo, ter um emprego, um trabalho, um lugar que eu possa se movimentar, pra conseguir construir um novo sonho, ter meu transporte, um carro uma moto, alguma coisa que faça diferença aos olhos do povo.”

Essa assertiva se verifica ainda no discurso da entrevistada Terza, a qual, fugindo da violência doméstica e familiar, passou a viver em situação de rua, em condições degradantes as quais a privam até mesmo de suas necessidades básicas, como alimentação. A projeção da entrevistada em relação ao emprego informal ocorre a partir de sua urgência em suprir essas necessidades, como se verifica em seu relato:

“[...] o emprego que daria certo pra mim seria varrer os terreiro, lavar as roupa do povo, arrumar as casa, fazer comida, ajeitar as casa.”

Por esse ângulo, verifica-se a compatibilidade da experiência dos indivíduos em situação de rua com o ensaio apresentado por Achille Mbembe na explanação do conceito de necropolítica, no qual o autor argumenta que “Na lógica do mártir, emerge uma nova semiose do assassinato. Ela não se baseia necessariamente numa relação entre forma e matéria [...] Mas o corpo como tal não é apenas um objeto de proteção contra o perigo e a morte. O corpo em si não tem poder nem valor. O poder e o valor do corpo resultam de um processo de abstração com base no desejo de eternidade [...] na morte, o futuro é colapsado no presente.” (2018)

Em conclusão, é possível observar que a colonialidade reside em amplo espectro não somente no discurso, mas no modo de viver das pessoas submetidas à necropolítica do capital, isto é, à ideia de seleção natural imposta pelo sistema econômico, bem como pelo seu discurso meritocrático e lógica de hierarquização social, econômica, ideológica e intelectual, de que a essência do indivíduo deve ser medida pela sua produtividade na estrutura de mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, levando em consideração que o objetivo do referente trabalho é verificar a presença da colonialidade nos discursos de pessoas em situação de rua, observando sua implicação na manutenção da conjuntura de discriminação e exclusão social, foi possível compreender que o principal reflexo desse processo ocorre de maneira intrínseca às relações de poder oriundas do sistema capitalista, fato que se percebe nas relações subservientes de trabalho, os quais muitas vezes possuem características análogas ao trabalho escravo, confirmado essencialmente no desejo de trabalhar no corte de cana em função de sua própria sobrevivência.

A perspectiva posta nas relações exploratórias justifica-se no discurso pela busca do indivíduo de se desagregar do padrão de vida sub-humano e do desejo pela ruptura dos expressivos casos de violência contra pessoas negras, característica presente nos indivíduos cujos discursos foram objetos de estudo deste trabalho, de maneira indiscriminada e injustificada, percebendo-se assim clara associação entre colonialidade e exclusão social, bem como a necessidade de efetivar de maneira mais sólida e ampla a eficácia das políticas públicas de assistência social, fortalecer os centros de referência e a amplitude acerca da

saúde mental da população de rua, visto que se observa, nos diversos relatos de violência e condições de vida degradantes, a forma como o sujeito projeta no capital, ainda que oriundo de intensa exploração de seu corpo, uma oportunidade de ascender na hierarquização socioeconômica presente no contexto capitalista.

Sabendo que os estudos sobre o processo de colonialidade são insuficientes no Brasil, visto que se trata de um conteúdo bastante recente apesar de sua nítida relevância social, o presente trabalho consegue corroborar com essa demanda, pois agrega conhecimento referente tanto sobre esse processo, quanto com o capitalismo e neoliberalismo e a sua amostra. Posto isso, é possível afirmar que a presente pesquisa também consegue oferecer voz à esse público, muitas vezes tratado como invisível.

No entanto, é admissível que alguns limites foram encontrados. Entre eles, é importante destacar a dificuldade de realizar as entrevistas pelo motivo do alto contato dos entrevistados com substâncias lícitas e ilícitas, essencialmente álcool e maconha, pois são drogas que prejudicam a dicção do público, dificultando o entendimento dos áudios. Além disso, destaco o fato das entrevistas terem de ser nas ruas, pois comumente muitas coisas acontecem, desfocando algumas vezes a atenção dos entrevistados. Por fim, quanto as adversidades, como dito antes, é evidente que a falta de conteúdos sobre o tema contextualizado ao Brasil, dificultam o desenvolvimento da pesquisa.

Tendo em vista que a pesquisa foi realizada em uma cidade de porte pequeno no Ceará, destaca-se como principais portas reveladas pela obra, a sugestão de ser realizada em cidades de maior dimensão, principalmente capitais, pois são os locais em que ocorrem as mais perversas relações de trabalho, devido uma maior “selvageria” do capitalismo. Além disso, destaco a importância de novos trabalhos com o intuito de elucidar sobre a constituição histórico-social da população negra, pois apesar da produção, no meio acadêmico, de diversos estudos sobre racismo, percebe-se a escassez de pesquisas que tratem da interseccionalidade necessária à análise da população de rua.

Sobre as reflexões e percepções como pesquisador, evidencia-se a constatação de que esse público se encontra em um estado total de abandono, visto que não recebem nenhum tipo de assistência pela parte do governo, restando-lhes as dificuldades de conseguir o mínimo através de trabalhos subservientes, esmola ou pequenas ações advindas da comunidade. Além disso, é importante destacar o quanto os entrevistados demonstravam interesse em querer falar de si, talvez por nunca terem tido a oportunidade, visto que comumente são tratados como invisíveis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T.M.C. e PEREIRA, B.C.J. Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas latino-americanos. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v.2, n.2, p. 42 a 63, 2012. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/21941/12030>. Acesso em: 10 de nov de 2019.
- ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana?. *Saude soc.*, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 90-98, Dec. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300008>.
- ANDRADE, Celana Cardoso; HOLANDA, Adriano Furtado. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 27, n. 2, p. 259-268, 2010 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000200013&lng=en&nrm=iso
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48
- ARGILES, M. dos S; SILVA, V. R. Assistência social e população em situação de rua; Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSEES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf>.
- BUARUQUE, C. **Deus lhe pague**. Rio de Janeiro: Phillips, 1971. Disponível em: <https://www.kboing.com.br/chico-buarque/construcao/>. Acesso em: 18 nov. de 2019.
- CARVALHO, Bianca Maria de Oliveira. Entre Manuais, a Rua e o Centro POP: Quais os Rastros da Psicologia?. *Psicologado*. Edição 11/2018. Disponível em <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-comunitaria/entre-manuais-a-rua-e-o-centro-pop-quais-os-rastros-da-psicologia>>. Acesso em 17 Nov 2019.
- CHINASKI, D. **Intro**. São Paulo: Aqualtune Produções, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S24USyBT49w>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. As artimanhas da exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). Petrópolis, RJ: vozes. 11 ed. (55-66). 1999
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N1 Edições, 4. ed. 2018.
- MINAYO, M. C. de S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 9-41.

MOREIRA, Virginia. O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em psicopatologia. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 447-456, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000300016&lng=en&nrm=iso>.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p.123-126. cap. 10, pag 123-126.

NUNES, Maria. *O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO POP I:: Mediação entre o acesso aos direitos e o controle social do Estado*. Orientador: Prof^a. Dr^a Mailiz Garibotti Lusa. 2016. Monografia (Bacharelado em Serviço Socia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Salvador, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148588/001002990.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 nov. 2019.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. As artimanhas da exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). Petrópolis, RJ: vozes. 11. ed. (pp.66-86). 1999.

POCHMANN, Márcio et al. (Org.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil: Dinâmica e Manifestação territorial*. São Paulo: Editora Cortez, 2003. (Volume 2).

RODRIGUES, Igor de Souza. *A construção social do morador de rua: O controle simbólico da identidade*. Orientador: Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes. 2015. 80 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2199/1/igordesouzarodrigues.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

REIS, Mariana Sato. *Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) de Londrina (PR):: Uma análise a partir da perspectiva do usuário*. Orientador: Pro^a. Dra. Maria Luiza Amaral Rizzotti. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000190981>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. *SUBSERVIÊNCIA DO TRABALHADOR DO CORTE DA CANA NO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO. Mercator (Fortaleza)*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 145-154, Aug. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012014000200145&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.4215/RM2014.1302.0010>.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. *Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 38, n. 4, p. 662-679, out. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000500662&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003292017>.

SILVA, Elizângela Samara da. As entrelinhas da inclusão/exclusão social na atualidade: uma discussão conceitual. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2011.

Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/AS_ENTRELINHAS_DA_INCLUSAO_EXCLUSAO_SOCIAL_NA_ATUALIDADE_UMA_DISCUSSAO_CONCEITUAL_.pdf>. Acesso em: 09 novembro. 2019.

SILVA, Maria Carmelita Maia e et al. Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 403-412, set. 2013. Disponível em

<http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742013000300005>.

SKANK. **Esmola**. Rio de Janeiro: Chaos, 1994. Disponível em:

<https://www.kboing.com.br/skank/esmola/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SOUSA, Mari Guimarães. Re-visitando a história: colonização portuguesa e subordinação cultural. In. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008, Salvador. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14492.pdf>. acesso em 10 de novembro de 2019.

STEFANIA, Carneiro de Alcantara ; ABREU, Desirée Pereira ;FARIAS, Alessandra Farias. Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos

Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. **Rev. colomb. psicol.**, Bogotá , v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015,Disponível em

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-54692015000100009&lng=es&nrm=iso>. acesso em 09 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659>

TONIOAL, F.; MAHERIE, K.; GARCIA JR, C. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo, v. 16, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/377434928/A-Resistencia-a-Colonialidade-Definicoes-e-Fronteiras>. Acesso em: 9 nov. 2019.

ZIONI, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito?. **Saude soc.**, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 15-29, Dec. 2006. Disponível

em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300003>.